

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MERCADO DE TRABALHO CONTEMPORÂNEO

Joilson Alcindo Dias

Universidade do Estado da Bahia

DOI: 10.15628/rbept.2019.6029

Artigo submetido em jun/2017 e aceito em jun/2019

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo ressaltar a relevância que a Educação Profissional tem para a sociedade nos dias atuais. Este Trabalho traz algumas reflexões sobre o momento socioeconômico do país, bem como o processo de desenvolvimento do ser humano na sociedade, analisando o cenário atual do mercado de trabalho e o vínculo que o número de matrículas para esta educação especializada tem com o preparo do desenvolvimento do indivíduo em relação à empregabilidade hodierna.

Palavras-Chave: Educação Profissional. Socioeconômico. Empregabilidade.

THE IMPORTANCE OF PROFESSIONAL EDUCATION FOR THE CONTEMPORARY WORK

ABSTRACT

This article aims to highlight the relevance that Professional Education has for society in the present day. This paper presents some reflections on the socioeconomic situation of the country, as well as the process of development of the human being in society, analyzing the current labor market scenario and the link that the number of enrollments for this specialized education has with the preparation of the development of the individual in relation to today's employability.

Keywords: Professional Education. Socioeconomic. Employability.

1 INTRODUÇÃO

O Estudo tende a questionar o papel da Educação Profissional na sociedade no momento atual e se é através dela que uma boa parte do mercado formal reconhece o cidadão qualificado a exercer sua função social, visto que, ele precisa manter uma qualificação mais apropriada.

Este trabalho discute a função da escola relacionada ao Capital Humano e a formação dos para a sociedade. É tratado também neste artigo, como o dualismo escolar serviu estruturar o ser humano na sua formação social. Além disto, a pesquisa ressalta a ligação entre o ensino profissional e a mão-de-obra qualificada. Foi nesse contexto que os autores como Frigotto (2008, 2012), Gramsci (1982), Saviani (2007, 2011), Manacorda (2007) e Libâneo (2002) destacaram nas vertentes que relacionam a essa pesquisa.

Frigotto (2008, 2012), destaca através de uma compreensão dos processos sociais e educativos durante as duas ultimas décadas do século passado, facilitando assim, um melhor entendimento da origem e ampliação do ensino médio técnico no país e da divisão da educação profissional. Contudo, o autor descreve como a visão produtivista está focalizada no conceito mercadológico o qual a educação é arquitetada pala classe dominante.

De acordo com Gramsci (1982), o grupo social dominante utiliza a escola como uma ferramenta na preparação e ocupação do ser humano em vários níveis sociais. Segundo ele, o desempenho intelectual pode ser avaliado pelo número de escolas especializadas e pela sua categoria.

O autor Saviani (2007, 2011), aponta a pedagogia como o fator principal para o procedimento eficaz do desenvolvimento pleno do ser humano. O autor aponta o saber metódico como domínio de uma classe privilegiada dominante e sinaliza a escola como função social na elaboração do saber, através do processo de transmissão e assimilação dos conteúdos aplicados no ambiente escolar, diferenciando assim da produção do saber, ou seja, não adquirindo o conhecimento pleno sobre determinado assunto, mas somente de forma superficial.

Manacorda (2007) destaca alguns dos pontos principais da ideologia marxista na formação e emancipação do ser humano como sujeito social, além disto, segundo ele, para que haja prática de associações trabalhistas, é fundamental que as escolas, principalmente as tecnológicas, contribuam para a onilateralidade do individuo.

E por sua vez, Libâneo (2002), ressalta que, a escolha de técnicas de ensino e avaliação feita por alguns dos docentes é uma reprodução do modelo aplicado do seu processo estudantil, ou ainda elaborada de forma empírica, observando as aulas transmitidas pelos seus pares mais experientes e reproduzindo de forma semelhante.

O Estudo conta ainda com informações do Censo Escolar de 2016, dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2016) e da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE. Onde pode ser feita uma análise

comparativa entre a escola, como processo de formação do sujeito, e o mercado de trabalho nos dias atuais.

2 A ESCOLARIDADE COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL PARA O CAPITAL HUMANO

A gênese da Teoria do Capital Humano foi fundamentada durante o desenvolvimento capitalista e esteve abalizado pelo avanço econômico, tendo o Estado como o principal responsável pelo controle da capitalização e ascensão social, e pela confiança da população por uma possível estabilidade empregatícia.

Os avanços tecnológicos, principalmente na área do trabalho, fizeram com que a oferta de trabalho reduzisse progressivamente, distanciando ainda mais a classe dominante do proletariado, e, com efeito, a “pirâmide social” começou a ficar mais fragmentada. A partir daí, a escola passou a ser o “condutor” fundamental para a capacitação do indivíduo a ocupação sócio-econômica do Estado.

O ápice do capitalismo começa a dar indícios de uma possível baixa a partir da década de 1970, conforme Antunes (2002), esse período é caracterizado pela mudança concreta no processo econômico introduzido à escolaridade, no entanto, foi nas décadas seguintes, que a escolaridade ficou considerada como parte essencial no desenvolvimento do capital humano, um processo indispensável para garantir competência econômica e acréscimo no avanço de riqueza social e de renda individual.

Para Antunes (2007, p. 51), essa mudança da necessidade coletiva para a aptidão e atribuições que o indivíduo precisa incorporar durante o processo escolar, tem como objetivo alcançar funções mais favoráveis no ambiente ocupacional. Com isto, a visão de estabilidade e segurança que o sujeito tinha em relação ao mundo do trabalho, passa a restringir a uma esperança de uma provável empregabilidade.

Segundo Libâneo (2002), só existirá ensino quando os educandos ampliarem suas próprias aptidões e habilidades, uma vez que, a ausência assimilação dos conteúdos com a prática, dificilmente tornam estes sujeitos ativos a sua própria aprendizagem. No entanto, cabe ao professor conduzir o ambiente educacional, adequando aos seus alunos condições favorável ao desenvolvimento desse aprendizado.

Em relação mais focalizada para o ensino técnico profissional de nível médio, Saviani (2007), ressalta que a relação de trabalho e educação na última etapa da educação básica, deve ser ajustada de forma direta, pois a escola de nível médio tem a função de resgatar a relação entre a teoria e a prática, não aplicando o conhecimento de maneira superficial e generalizando os conteúdos, mas envolver um domínio teórico-prático que possibilite aos estudantes o saber dentro do processo produtivo.

3 O DUALISMO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA COMO ARCABOUÇO DA FORMAÇÃO SOCIAL

O dualismo escolar serviu para distanciar ainda mais os donos dos meios de produção da operaria, pois para as classes menos favorecidas, o ingresso mais rápido ao mercado de trabalho passa a ser o objetivo prioritário, e pra isso os cursos técnicos profissionalizantes passam a ser fundamental neste processo de ensino. Em contra partida, a classe dominante passa mais tempo nas instituições de ensino, pois tem mais tempo disponível para os estudos e para objetivar cargos mais elevados, de chefia, executivo, grande empresário entre outros.

O dualismo da educação é elemento estrutural das sociedades de classe. Todavia, ele se manifesta de forma diversa e em formação sociais específicas. A sociedade brasileira tem forjado um projeto societário dos mais desiguais do mundo, combinando cultura escravocrata com o capitalismo selvagem. As lutas sociais ao longo do século XX foram incapazes de romper o tecido estrutural de uma das sociedades mais desiguais do mundo com uma criminoso concentração de renda e capital na mão de poucos e uma massa imensa de pobres e miseráveis. (FRIGOTTO, 2012, p. 197).

Pode-se dizer que o pensamento gramsciano a respeito das escolas públicas de ensino médio e superior, segundo Monasta (2010, p.65), favorece aos filhos da classe dominante, pois estes disponibilizam de maior tempo e autonomia econômica, essencial durante o processo dos estudos. Pois, mesmo que o indivíduo de classe menos favorecida tenha uma condição intelectual e necessária para a sua formação cultural, ele é forçado a dissipar seus atributos em outra função ou persistir como autodidata.

Isto faz com que a formação humana não seja completa para os menos afortunados economicamente, o que faz com que haja uma cobrança do Estado a respeito da administração escolar de ensino público, uma vez que ela (a escola) é custeada por todos, porém, somente um determinado grupo social tem condições de usufruir desse privilégio, tanto à educação formal quanto à cultura.

As transformações significativas no campo educacional brasileiro ganham força a partir da década de 1970, de acordo com Dore (2006, p.332), a escola foi vista com um “aparelho ideológico do Estado”, pois o ambiente de repressão da liberdade e da propagação de ideias, o qual não se permitia críticas ao modelo capitalista.

Segundo Gramsci (1978) *apud* Dore (2006, p. 338) esforço da classe dominante para que os grupos subordinados se conformem com a situação de desigualdade social, não se restringe somente no campo intelectual, pois a disseminação de ideias é acompanhada da conjectura de um modo de ação, ou seja, ela é constituída através da teoria e da prática.

É fato sabido que a escola, qualquer que seja o aspecto e conteúdo que assuma, permanece o lugar da formação das jovens gerações pertencentes à classe dominante, e que as classes subalternas a ignoram. As crianças e jovens pertencentes a essas classes não têm um lugar estabelecido para a sua formação, ainda que isso não signifique, é óbvio, que, de qualquer maneira, não se formem. Na realidade, formam-se, não no interior de um lugar específico aos jovens, ou escolas, mas sim na aprendizagem prática, no contato direto e constante com os adultos, numa participação imediata em sua vida e atividade. (MONACORDA, 2007, p.121).

Para Oliveira (2003), *apud* Frigotto (2008, p. 529), a burguesia brasileira desenvolveu um processo estranho no que diz respeito à economia do país nos anos de 1970, pois a dualidade (economia de mercado e intelectualidade) da época, tanto no campo educacional, com o analfabetismo e a precarização da educação básica, como também no campo profissional, através da informalidade e da flexibilização e qualidade reduzida para o trabalho. O obstáculo, de acordo o pensamento dominante, para o progresso econômico passou a ser a “luta de classes”, com efeito, a sociedade se maquinou a essa lógica e passou a fabricar e consumir do seu próprio desequilíbrio.

Isto nos permite depreender e sustentar que a classe burguesa brasileira, de cultura e mentalidade escravocrata e colonizadora e historicamente associada e subordinada à classe burguesa dos centros hegemônicos do capitalismo, impediu, por diferentes mecanismos, a universalização da educação escolar básica (fundamental e média), pública e laica, mesmo nos limites dos interesses de um capitalismo avançado. Ou seja, a burguesia brasileira nunca se colocou de fato o projeto de uma escolaridade e formação técnico-profissional para a maioria dos trabalhadores para repará-los para o trabalho complexo que a tornasse, enquanto classe detentora do capital, em condições de concorrer com o capitalismo central. (FRIGOTTO, 2008, p.529).

Atualmente, a educação profissional técnica tem sido uma dos recursos para a ocupação imediata, com curto prazo para a formação profissional, oferecendo aos seus alunos a competência necessária para desempenhar uma função qualificada ao mercado de trabalho.

4 RELAÇÃO ENTRE O ENSINO ESPECIALIZADO E A MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA

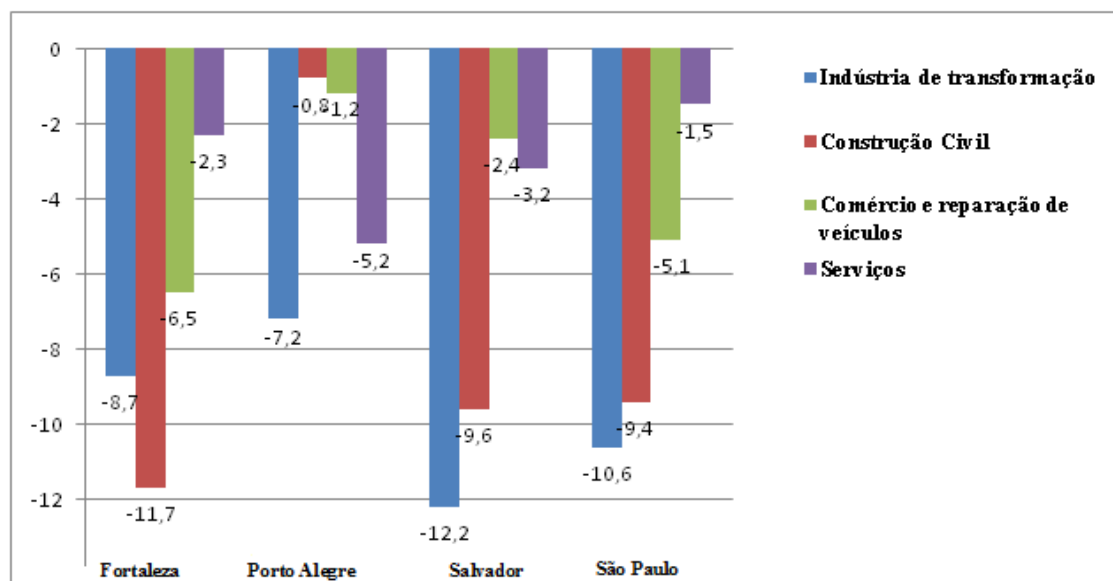
Os indicadores apresentados, em 2016 pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE mostram que economicamente existe um impacto maior de desemprego nos países subdesenvolvidos, isto é, fatores como avanços tecnológicos, por exemplo, têm um efeito negativo menor em nações mais desenvolvidas.

Conforme a OCDE, o Brasil teve em 2016 um saldo negativo 1,6% relacionados aos postos de trabalho, acompanhado de países, os quais tiveram resultados menos significativos como: Costa Rica (-0,9%), Finlândia (-0,1%), Japão (-0,2%) e Portugal (-0,3%). Este estudo faz uma comparação da taxa de desemprego (11,3%) em 2016 em relação a 2015 (8,5%).

No Brasil, deste mesmo ano, os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE apontam que nas regiões metropolitanas, o setor de serviços obteve um impacto menor em relação à indústria e construção civil.

Uma pesquisa feita pelo – DIEESE, mostra que o índice de desocupação profissional desenvolveu em algumas metrópoles do país (Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e São Paulo), nos últimos dois anos (2015 e 2016), o grau de ocupação apresentou uma baixa de (- 17,9%) , o desempenho negativo apresentado: na Indústria (-245,63 mil postos); na Construção Civil (-94 mil postos); no Comércio e Reparação de Veículos Automotores (-124 mil postos); no setor de Serviços (-185 mil postos).

Gráfico 1 – Variação anual do nível de ocupação, segundo setores de atividade Regiões Metropolitanas – 2015/2016. Em %



Fonte: DIEESE/Sead, MT/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de emprego e desemprego.

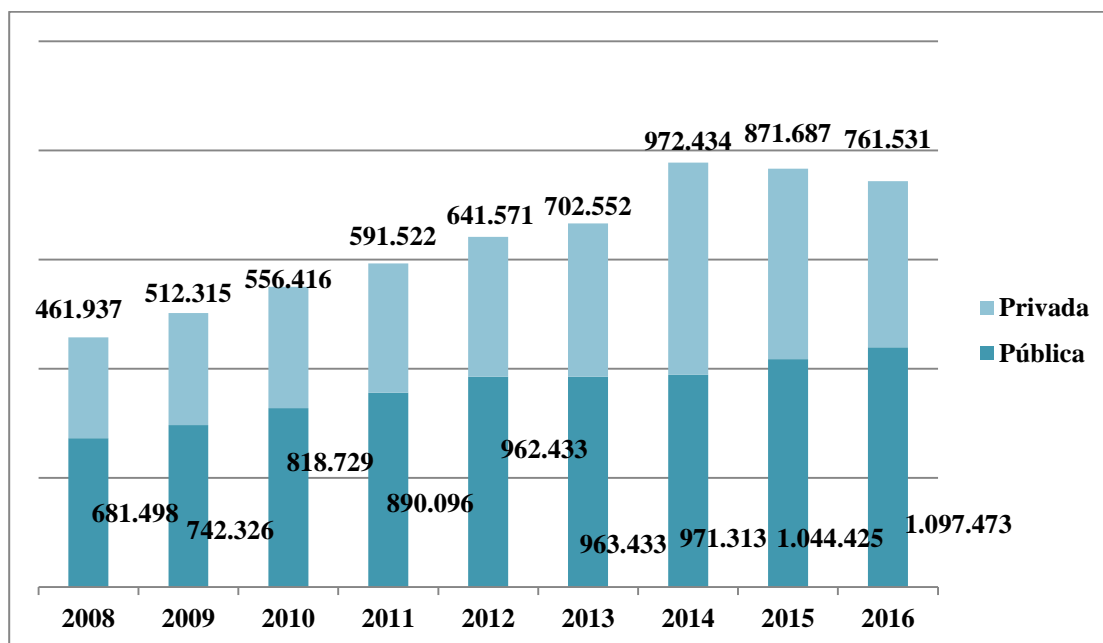
Apesar de o capital humano acrescentar as possibilidades de ocupação funcional para o indivíduo, para Antunes (2002), isto não quer dizer que ele garanta um lugar no mercado de trabalho, pois não há espaço pra toda essa demanda, o desenvolvimento humano, apenas propicia uma melhor condição para a competitividade na ocupação funcional.

As mudanças no mundo do trabalho, devido às necessidades humanas na era hodierna, fazem com que haja uma insuficiência de pessoas com habilidades e conhecimentos propícios ao mercado produtivo. Diante do

advento de novas exigências para ocupações funcionais, a qualificação profissional passa a ser uma prioridade na assistência ao desemprego contemporâneo.

Com a ausência de mão de obra especializada no país, a procura por matrículas em cursos profissionalizantes em 2016, conforme os resultados do Censo Escolar da Educação Básica, chegou a aproximadamente 2 milhões, um aumento de 61% em referente ao ano de 2008. Segundo essa pesquisa, na rede publica expandiu em 7,5% em 2016.

Gráfico 2 – Número de matrículas na educação profissional por rede de ensino. Brasil 2008 – 2016



Fonte: Censo Escolar 2016.

Os números apresentados expõem uma contradição entre a mão-de-obra qualificada e a oferta de cursos técnicos profissionalizantes no país, fazendo com que a carência de uma função qualificada para o mercado de trabalho não seja suprida conforme o processo de formação destes futuros profissionais.

Para Manzano (2015), apesar da política de educação profissional brasileira expandir nos últimos, na formação e qualificação de pessoas aptas ao mercado de trabalho, boa parte dessas ofertas são direcionadas no preparo do indivíduo ao “trabalho de pouca valia”, devido à oscilação entre a demanda de mão de obra qualificada e a oferta do mercado.

Nota-se que mesmo com o emergente número de pessoas matriculadas na educação profissional de ensino médio, durante os últimos anos, o espaço a ser ocupado por trabalhadores capacitados e o baixo nível de ocupação, em alguns setores produtivos, afetam de forma direta e indireta na economia do país. Esse impacto chega a alcançar uma parte significativa

da população, com exceção da classe elitista, a qual está direcionada a ocupar os espaços mais valorizados na sociedade.

A demanda que o Estado necessita para suprir a escassez de serviços a serem disponibilizados à sociedade, tende a ser preenchida através da qualificação do ser humano dentro do processo produtivo, no entanto, a oferta de alguns cursos técnicos, com expectativa de maior remuneração no mercado de trabalho, passa a ter um difícil acesso ao público menos favorecido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inquestionável a relevância que a Educação Profissional tem não só para a economia do país, como também no contexto social, pois o preenchimento dessas vagas que o mercado de trabalho necessita, passa a ser essencial para o desenvolvimento do país.

Este trabalho mostrou que o dualismo escolar ainda é bastante presente no Brasil, apesar da oferta e do quantitativo de matrículas ter aumentado nas últimas décadas, a desigualdade ainda continua predominante, tanto no âmbito educacional, quanto no âmbito profissional, pois, mesmo com a importância social que a formação do sujeito traz para a economia nacional, esses valores ainda permanecem obscuros do ponto de vista produtivo.

Outro fato destacado, neste estudo, é a trajetória da sociedade, o qual passa a ser moldada através do processo econômico e acoplada com o advento de novas tecnologias, fazendo que haja uma atualização profissional contínua. Estas constantes mudanças fazem com que as escolas, em especial as profissionalizantes, estejam em sincronia com as necessidades que o país precisa para o seu desenvolvimento socioeconômico.

Diante disto, pode-se dizer que a Educação Profissional é uma etapa fundamental para o mercado de trabalho nos dias atuais, pois ela, apesar das crises econômicas, procura ocupar os espaços vazios na esfera produtiva da sociedade, independentemente do seu grau de valor empregatício.

REFERENCIAS

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e superfluidade. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002 . p. 35-44.

DIEESE, 2016. **Taxa de desemprego registra comportamento relativamente estável na maioria das regiões**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/2016/201612pedsintmet.pdf>>. Acesso em: 03 de abril de 2017.

DORE, Rosemary. **Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil**. Caderno CEDES, v.26, n.70, 2006, p. 329-352.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados**. Trab. Educ. Saúde, v.5 n.3, 2008. p. 521-536.

_____. Ensino médio e educação profissional: a ruptura com o dualismo estrutural. In: CIAVATTA, Maria (Org.). **Gaudêncio Frigotto: um intelectual crítico nos pequenos e grandes e nos grandes embates**. Col. Perfis da Educação, v. 6. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 197-204.

GRAMISCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da cultura**. 4º ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira S.A, 1982.

INEP 2017. **Censo escolar 2016: notas estatísticas**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao_censo_escolar_da_educacao_basica_%202016.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? : novas exigências educacionais e profissão docente**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MANARCORDA, Mario A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Tradução: Newton Ramos de Oliveira. Campinas, SP: Alínea, 2007.

MANZANO, M. (Org.). **Mapa da educação profissional tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras**. Brasília, DF: CGEE, 2015.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução e organização: Paolo Nosella. Col. Educadores MEC. Fundação Joaquim Nabuco. Recife, PE: Massangana, 2010.

OCDE 2015. **Nível educacional, habilidades e participação no mercado de trabalho**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/brazil/Education-at-a-glance-2015-Brazil-in-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

_____. **Relatórios econômicos da OCDE**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/eco>

/surveys/Brasil-2015-resumo.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2017.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v. 12 n. 34, 2007. p. 152-180.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.